



Marcos Oliveira/Agência Senado



Jonas Pereira/Agência Senado

Ao lado de Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, Joaquim Levy (E) propôs prazo de 10 meses para novas regras. Após ouvir líderes, Renan afirmou que votação de projeto sobre dívidas depende do Plenário

Renan: decisão sobre novo indexador caberá ao Plenário

Senadores adiaram para a próxima semana votação de projeto que obriga a aplicação imediata das novas regras de

correção das dívidas de estados e municípios com a União. Ontem, em debate de mais de 7 horas, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy,

propôs a vigência a partir de fevereiro de 2016. Plenário também analisa semana que vem a convalidação de incentivos fiscais. **4 e 5**

Embaixadores para Índia e Malásia passam em sabatina 6

Mães já podem registrar filhos sem presença do pai 2

Avança medida sobre servidores de ex-territórios 2

CPI das Próteses é instalada e já inicia investigação 3

Comissão mista participará de evento sobre clima 8

Debatedores pedem revisão da Lei da Anistia

Debate na Comissão de Direitos Humanos cobrou do Legislativo mudanças na lei, que deixou de condenar crimes de tortura praticados no período da ditadura. **7**

Genaldo Magalhães/Agência Senado



Senador Capiberibe (ao microfone) presidiu audiência que lembrou os 51 anos do golpe militar

CPI do HSBC faz acordo para acessar dados de brasileiros

O Ministério Público Federal deve compartilhar com os senadores informações relativas às contas de brasileiros na filial do HSBC na Suíça. O procurador-

geral da República vai à França negociar a liberação dos dados. Hoje a CPI vai ouvir o secretário da Receita, o presidente do Coaf e diretor do Banco Central. **3**

Comunicação do Senado

É fácil se informar

Os veículos de comunicação do Senado cobrem as atividades da Casa, com a transmissão integral das sessões deliberativas e dos debates das comissões, além das notícias diárias. Juntos, **Jornal, TV, Rádio e Agência Senado** oferecem um jornalismo de qualidade, aproximando o cidadão do Parlamento.

Acesse: www.senado.leg.br/noticias

Senado + transparente.
A informação ao seu encontro.



Comissão aprova MP sobre transferência de servidores

Medida regulamenta emendas que permitiram incorporação, aos quadros da União, de servidores dos ex-territórios de Amapá, Roraima e Rondônia. Texto será votado nos Plenários do Senado e da Câmara

SENADORES E DEPUTADOS aprovaram ontem o relatório do deputado Silas Câmara (PSD-AM) que converte em projeto de lei a Medida Provisória (MP) 660/2014, que trata da transposição para o quadro de pessoal da União dos servidores dos ex-territórios (hoje estados) de Rondônia, Amapá e Roraima. Agora, a medida terá de ser apreciada nos Plenários da Câmara e do Senado.

O relator acolheu 41 das 68 emendas apresentadas pelos parlamentares, alterando assim o texto original da MP.

— São 24 mil servidores dos ex-territórios do Amapá, Rondônia e Roraima que estavam à mercê de uma interpretação da Emenda Constitucional 79. Com esta MP, está resolvido e superado esse obstáculo — afirmou o deputado ao final da reunião.

Durante a aprovação, feita por unanimidade, a sala de reuniões ficou completamente lotada de servidores dos ex-territórios, jornalistas, parlamentares e assessores. A comissão mista também rejeitou emenda do deputado Mendonça Filho (DEM-PE), que pedia a retirada, do projeto de lei de conversão

(PLV), de dispositivos referentes a atribuições de cargos da Receita Federal — o que, no entendimento de alguns parlamentares, não pode ser tratado pelo Congresso, pois seria atribuição exclusiva do Poder Executivo.

Regulamentação

A MP regulamenta a Emenda Constitucional 79, promulgada em maio do ano passado para garantir a servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima o direito a optarem pela permanência nos quadros de pessoal da União. A medida estabelece as regras para a sistematização das tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens dos servidores civis e militares.

Os servidores reintegrados farão parte do quadro em extinção da administração federal (cargos que são automaticamente extintos após ficarem vagos). Eles continuarão prestando serviço aos estados ou municípios, na condição de cedidos, até que sejam aproveitados em órgão ou entidade da administração federal. O aproveitamento será regulamentado por ato do governo federal.

O mesmo benefício já havia sido concedido em 2009 aos servidores de Rondônia, por meio da Emenda Constitucional 60. A MP aplica aos servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima os dispositivos da Lei 12.800/2013, que regulamentou a reintegração dos servidores de Rondônia.

Conquista

Para o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), relator-revisor da proposta, a aprovação da MP é a garantia de um direito histórico dos servidores. Ele acrescentou que os parlamentares ainda terão que negociar com a presidente Dilma e com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, a sanção da proposta sem vetos.

— O destino dessa MP é garantir um direito de 30 anos dos servidores de Rondônia, Roraima e Amapá. Não há nenhuma inconstitucionalidade por uma razão simples, esses direitos estão assegurados em três emendas constitucionais: 19, 32 e 79 — afirmou Randolfe.

A comissão mista teve como presidente o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) e, como vice, o deputado Manoel Junior (PMDB-PB).

Agora é lei: mãe pode registrar filho no cartório sem a presença do pai

Mães já podem fazer nos cartórios o registro de nascimento de filhos. A autorização, que começou a valer ontem, está prevista na Lei 13.112/2015, publicada no *Diário Oficial da União*. A norma equipara legalmente mães e pais quanto à obrigação de registrar o recém-nascido.

Conforme o texto, cabe ao pai ou à mãe, sozinhos ou juntos, o dever de fazer o registro no prazo de 15 dias. Se um dos dois não cumprir a exigência dentro do período, o

outro terá um mês e meio para providenciar o documento.

Antes da lei, era exclusiva do pai a iniciativa de registrar o filho. Apenas se houvesse omissão ou impedimento do genitor é que a mãe poderia assumir a função.

O texto que deu origem à lei (PLC 16/2013) fixa que será sempre observado artigo já existente na Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/1973) a respeito da utilização da Declaração de Nascidos Vivos (DNV) para basear o registro.



Senadora destaca balanço sobre Mês da Mulher publicado pelo *Jornal do Senado*

Vanessa elogia inauguração de sala de amamentação no Senado

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) elogiou a inauguração da sala de amamentação no Senado. Há planos de implantação de um berçário na Casa. O objetivo é prolongar o período de aleitamento. Para a senadora, o Senado dá exemplo nos direitos da maternidade.

Ela também ressaltou a campanha do Congresso para incentivar a maior participação da mulher na política.

Vanessa elogiou o *Jornal do Senado*, que, na edição de ontem, fez um balanço das atividades promovidas pela bancada feminina no mês de março.



Relator e presidente da comissão mista, deputado Silas Câmara e senador Valdir Raupp dirigem a votação da MP ontem

Cargos na Receita: discussão em Plenário

O impasse em relação a duas emendas acolhidas no relatório final da MP 660, aprovado em comissão mista ontem, deverá continuar nos Plenários da Câmara e do Senado.

O adiamento da discussão das emendas 40 e 41, que tratam de atribuições referentes a cargos da Receita Federal, foi devido a apelo de Romero Jucá (PMDB-RR). O senador pediu que os parlamentares concentrassem o debate apenas no tema central da MP, que se refere à permanência de servidores dos ex-territórios do Amapá, Roraima e Rondônia nos quadros da União.

Jucá ressaltou que a aprovação da medida é emergencial para os três estados e sugeriu aos líderes que deixassem a discussão de outros assuntos incorporados à MP para os Plenários da Câmara e do Senado. Para ele, temas alheios poderiam atrasar a aprovação de “questões fundamentais que precisam ser tratadas logo”.

— O adiamento da votação agora significa um prejuízo para 24 mil servidores. Dia 27 de maio é o último prazo para fazerem a opção. O primeiro adversário do mérito da medida é o tempo — destacou o relator-revisor da proposta,

senador Randolfe Rodrigues.

As emendas 40 e 41 legitimam que analistas da Receita desempenhem funções antes exclusivas de auditores. Para o deputado Mendonça Filho, o texto das emendas institui uma espécie de carreira única para analistas e auditores, o que seria uma injustiça. A aprovação da mudança, segundo ele, é inconstitucional.

O deputado Weliton Prado (PT-MG) disse que as emendas são uma espécie de “trem da alegria”, já que os dois cargos fazem parte da carreira de auditoria da Receita e exigem concurso público.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessões deliberativas

11h Sessão deliberativa extraordinária. Às 14h, sessão deliberativa ordinária. Pauta inclui o PLS 130/2014 — Complementar, sobre convalidação de incentivos fiscais, e o PLC 2/2015, que institui o novo Marco Legal da Biodiversidade.

CDR Solo urbano

9h A comissão analisa projeto sobre o parcelamento do solo urbano.

CAS Quiropraxista

9h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, projeto que regulamenta o exercício da profissão de quiropraxista.

CCJ Cancelamento de voo

10h Análise do projeto que permite a devolução do valor do bilhete aéreo caso o passageiro altere ou cancele a data da viagem.

CAE Porcentagem de cacau

10h30 Audiência pública debate projeto que fixa teor mínimo de cacau nos chocolates fabricados no Brasil.

CPI DO HSBC Audiência pública

13h Debate com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, o presidente do Coaf e o diretor de Fiscalização do Banco Central.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Ministério Público fez acordo para compartilhar com senadores dados dos brasileiros titulares de contas na filial do banco na Suíça. Procurador-Geral da República vai à França negociar informações



Vice-presidente da CPI, Randolfe; presidente, Paulo Rocha; e relator, Ricardo Ferraço, na última reunião, quinta-feira

CPI do HSBC pode ter acesso a documentos

A CPI DO HSBC fez um acordo com o Ministério Público Federal para compartilhamento de documentação sobre as contas de brasileiros na filial suíça do banco. O entendimento foi firmado ontem, após encontro entre senadores, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e o secretário de Cooperação Jurídica Internacional da Procuradoria-Geral da República, Vladimir Aras.

O vice-presidente da CPI do HSBC, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), disse que Janot irá à França nos próximos dias para negociar com o Ministério Público daquele país a liberação dos documentos referentes às contas do HSBC de posse daquelas autoridades. Os dados teriam sido fornecidos aos franceses pelo engenheiro

de software Hervé Falciani, responsável pelo vazamento das informações. O mesmo pedido será feito pela CPI à embaixada da França no Brasil, como informou Randolfe.

— A CPI vai à embaixada francesa pedir que a solicitação do Ministério Público brasileiro seja atendido pelas autoridades francesas.

A preocupação da comissão, segundo o senador, é conduzir as investigações a partir de informações de fontes fidedignas.

— Nós não podemos trabalhar com as informações do banco de dados fornecido pelo International Consortium of Investigative Journalists a jornalistas. Não podemos também trabalhar com informações das autoridades suíças, porque Hervé Falciani é pro-

curado pela Justiça da Suíça. A base legal de dados que temos que trabalhar são os dados que estão com as autoridades francesas — explicou.

Audiências

Hoje a CPI deve ouvir o secretário da Receita, Jorge Rachid; o presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Antonio Gustavo Rodrigues; e o diretor de Fiscalização do Banco Central, Anthero Meirelles.

Na semana que vem, a CPI deve votar a quebra de sigilos bancários e fiscais de citados pela imprensa como titulares de contas no HSBC. Entre eles, o empresário Benjamin Steinbruch e integrantes da família Queiroz Galvão, controladores de duas empreiteiras.

Tributo maior para produtos importados é consenso

Os debatedores que participaram da audiência realizada ontem pela comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 668/2015 são favoráveis ao reajuste das alíquotas do PIS-Pasep e Cofins sobre produtos importados. Eles acreditam que a medida restabeleceu a isonomia entre os produtos nacionais e os importados.

Para bens em geral, a MP elevou a alíquota do PIS-Pasep de 1,65% para 2,1% e a da Cofins de 7,6% para 9,6%. Assim, a maioria dos importados passa a pagar 11,75%, na soma das alíquotas. Contudo, o texto define percentuais específicos para diversas categorias de bens. Sobre produtos de perfumaria ou higiene pessoal, por exemplo, a soma das duas alíquotas sobe de 12,5% para 20%.

O coordenador de Tributos sobre a Produção e o Comércio Exterior da Receita Federal, João Hamilton Rech, fez um histórico da evolução dos impostos incidentes sobre a

importação. Ele lembrou que a questão foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF) em uma ação que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo para produtos de importação. A MP, explicou Rech, atende decisão do STF, para evitar que a importação de mercadorias passe a ter uma situação mais favorável do que aquela incidente sobre os produtos nacionais.

— A ideia é criar uma isonomia, para que o produto importado não fique em vantagem — apontou.

Para o gerente-executivo de Políticas Econômicas da

Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flavio Castelo Branco, o ideal é uma modificação mais ampla no sistema tributário. Segundo ele, levantamentos feitos pela CNI apontam a questão tributária como o principal problema enfrentado pelas empresas brasileiras.

— É uma medida para equilibrar a tributação entre produtos nacionais e importados — registrou.

O Executivo justificou o aumento das alíquotas pela necessidade de evitar que produtos fabricados no país paguem mais imposto do que

os importados. Segundo o governo, o aumento proposto apenas repõe a arrecadação dessas contribuições ao patamar existente previamente à decisão do STF. Se aprovada pela comissão mista, a matéria seguirá para exame dos Plenários da Câmara e do Senado.

O relator da MP, deputado Manoel Junior (PMDB-PB), afirmou que o debate é importante, pois permite contribuições para o relatório final. A audiência foi coordenada pelo presidente da comissão mista, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). Também participaram do debate a senadora Simone Tebet (PMDB-MS), o advogado Alessandro Amadeu da Fonseca, representante do Escritório Mattos Filho Advogados, e o presidente da Associação Nacional de Fomento Comercial (Anfac), Luiz Lemos Leite.

A comissão mista ainda tem o deputado Padre João (PT-MG) como vice-presidente e o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) como relator-revisor.



Senador Anastasia (C) presidiu audiência que discutiu isonomia de impostos

Malta preside investigação sobre próteses e Humberto é relator

Foi instalada ontem a CPI das Próteses, que vai investigar a chamada máfia das próteses, mostrada em reportagem recente em programa de televisão.

Por força de acordo partidário, foi eleito por aclamação como presidente do colegiado o senador Magno Malta (PR-ES). O relator será Humberto Costa (PT-PE) e o vice, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Também fazem parte da CPI os senadores Romário (PSB-RJ), Romero Jucá (PMDB-RR), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Paulo Paim (PT-RS).

As irregularidades relacionadas à máfia das próteses, constatadas em todo o país, consistem no superfaturamento de próteses e órteses (aparelhos externos usados para imobilizar ou auxiliar os movimentos dos membros ou da coluna). Também há denúncias sobre recebimento de comissões por parte dos médicos que, muitas vezes, fazem o procedimento sem

necessidade, além de utilizarem material vencido e em quantidade acima da necessária.

Malta apresentou dois requerimentos: o primeiro determina que a Polícia Federal, o Ministério da Saúde e o Ministério Público Federal indiquem, cada um deles, um assessor para auxiliar tecnicamente os trabalhos; o segundo convida o jornalista Giovani Grizotti, autor da primeira reportagem sobre o assunto, a apresentar mais detalhes sobre a denúncia.

Paulo Paim também anunciou requerimento solicitando que a primeira oitiva seja no Rio Grande do Sul, onde surgiram as denúncias. A sugestão foi acatada por Magno Malta. Paim disse acreditar que a CPI produzirá resultados concretos para a sociedade.

— Temos muito trabalho pela frente, pois essa máfia faturou em cima da desgraça de inocentes — afirmou o senador.



Malta assumiu comissão que investigará fraudes em órteses e próteses

Rose de Freitas preside Comissão de Orçamento

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) foi eleita ontem, por aclamação, presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO). É a primeira vez que uma mulher dirige o colegiado, que é composto de 31 deputados e 10 senadores titulares (e igual número de suplentes). Os demais integrantes da Mesa serão eleitos na próxima semana.

A senadora garantiu que vai cumprir rigorosamente os prazos para a votação das propostas orçamentárias e pediu apoio dos parlamentares. Segundo ela, a demora na aprovação prejudica o país.

— Não votar as leis compromete as políticas implantadas, a economia de estados e municípios — disse, lembrando que o Orçamento de 2015 só foi votado neste ano, com três meses de atraso.



Pedro França/Agência Senado

Plenário decidirá sobre novo indexador, afirma Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou, após reunião de líderes, que caberá ao Plenário decidir se vota projeto que obriga a aplicação de novas regras para dívidas de estados e municípios. Ontem, em debate de mais sete horas na

Comissão de Assuntos Econômicos, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, propôs a vigência a partir de fevereiro de 2016.

Levy alerta para impacto de R\$ 3 bilhões

O ministro Joaquim Levy propôs ontem aos senadores o adiamento da vigência do novo indexador das dívidas de estados e municípios com a União. Ele assumiu o "compromisso irrevogável" do Executivo de completar em 1º de fevereiro de 2016 a regulamentação da Lei Complementar 148/2014.

Em resposta a Blairo Maggi (PR-MT) e a Delcídio do Amaral (PT-MS), Levy disse que no próximo ano haverá certeza do sucesso do ajuste fiscal.

— Será o momento em que nós vamos saber que o Brasil conseguiu evitar uma dificuldade, que conseguimos superar, que estamos realmente na rota do crescimento, com a possibilidade de se realizarem os sonhos e desejos — disse o ministro.

Ele acrescentou que o impacto financeiro dessa lei se concentra em dois municípios, mas que, somadas todas as dívidas, há "uma conta de R\$ 3 bilhões"

anuais, com a qual o governo não pode arcar.

— Três bilhões são mais da metade do que se esperava obter na aprovação do ajuste da desoneração da folha, cujo efeito este ano, se tivesse tido curso a MP, seria de mais ou menos R\$ 5 bilhões.

Na semana passada, o Senado adiou, a pedido de Levy, a votação do projeto (PLC 15/2015) que fixa prazo de 30 dias, a partir da data da manifestação do devedor, para a assinatura dos aditivos contratuais com o novo indexador das dívidas.

De autoria do deputado Leonardo Piciani (PMDB-RJ), a proposta foi apresentada em razão da falta de regulamentação da lei que reduziu o índice de correção dos débitos para diminuir o desembolso de estados e municípios com pagamento de encargos à União.

Segundo o projeto, vencido o prazo de 30 dias, o devedor poderá recolher, a título de

pagamento à União, apenas o montante devido.

Segundo o ministro, a questão das dívidas está equacionada "mediante um diálogo muito forte com inúmeros participantes".

Veja a apresentação do ministro: <http://bit.ly/apresentacaoLevy>

Por que o ajuste?

- ▶ Reverter a deterioração fiscal e das contas externas
- ▶ Responder à descontinuação das políticas anticíclicas
- ▶ Reorientar a economia com o fim do superciclo das commodities
- ▶ Garantir condições de segurança e competitividade para a economia
- ▶ Proteger os ganhos sociais
- ▶ Fortalecer a nova classe média com a "inclusão por oportunidades"

Fonte: Ministério da Fazenda

Sem ajuste, país pode perder boa classificação

Ao participar da audiência, o ministro Levy advertiu que ainda há risco de o Brasil perder o grau de investimentos se não fizer o ajuste fiscal. O país recebeu grau de investimento das agências Standard & Poor's e Fitch Ratings em 2008 e da Moody's em 2009.

Segundo ele, o custo de perder o grau de investimento "será altíssimo para o governo, que aumenta o custo da sua dívida; para as empresas, que terão mais

dificuldades de financiar; e para o trabalhador, que obviamente vai viver num país com mais dificuldade, eventualmente até com turbulência".

O ministro apresentou um gráfico mostrando o crescimento do investimento estrangeiro a partir de 2010, quando as agências de classificação de risco melhoraram a avaliação do país. Levy disse que, para a preservação do emprego, é necessário colocar a

dívida pública numa "trajetória sustentável".

Para evitar o rebaixamento, o Brasil precisa promover um ajuste fiscal com o objetivo de reverter a deterioração fiscal e das contas externas. Esse ajuste baseia-se em três pontos: redução das despesas discricionárias para o nível de 2013; melhoria da qualidade do gasto do governo; e diminuição de renúncias fiscais e de redução de impostos.

Pauta tem projetos sobre dívidas e benefícios fiscais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reiterou, após reunião de líderes, que a decisão sobre a votação ou não do projeto que obriga o governo a aplicar as novas regras de atualização das dívidas dos estados e municípios (PLC 15/2015) caberia ao Plenário do Senado.

A pauta do Plenário incluía ontem, além do novo indexador das dívidas, o projeto da Lei de Biodiversidade (PLC 2/2015) e a convalidação de incentivos fiscais concedidos por estados (PLS 130/2014), que também fazia parte da negociação com o governo.

— Não é mais a decisão do presidente que pode retirar a matéria. A matéria está trancando a pauta. Só uma deliberação do Senado convalidará o acordo do Rio, de São Paulo e dos outros estados e municípios — disse.

Em relação ao ajuste fiscal proposto pelo governo, Renan voltou a afirmar que a preocupação do Congresso é com a qualidade das medidas, e não simplesmente com o tamanho da economia.

— Eu disse ao ministro Levy que o Senado está preocupado com a qualidade. Não estamos preocupados com o quanto, mas com o como. Estamos preocupados em como distribuir os sacrifícios. O ajuste não pode sacrificar os mais vulneráveis — afirmou.

O novo indexador é uma rei-

vindicação antiga dos governadores e prefeitos, que apontam crescimento anual de 20% no valor das dívidas. A preocupação do governo é com a redução da arrecadação que pode ocorrer se os novos índices forem colocados em prática neste momento.

O presidente Renan já havia cobrado anteriormente do governo a aplicação dos indexadores. Para ele, os demais entes federados não podem pagar a conta do ajuste fiscal.

Na segunda-feira, o presidente do Senado recebeu Levy e propôs a ele que o governo formalize a independência do Banco Central. Pela proposta de Renan, o mandato do presidente do BC não coincidiria com o do presidente da República.

Direitos

Durante a audiência da CAE, Levy também tratou das propostas de mudanças em alguns direitos trabalhistas e previdenciários. Ao justificar as regras mais rigorosas determinadas pelo governo, o ministro da Fazenda negou prejuízos ao direito do trabalhador.

— São medidas necessárias para fortalecer a previdência social e o mercado de trabalho — defendeu.

Segundo ele, o governo não quer criar ou aumentar impostos, mas diminuir as renúncias fiscais concedidas em outro momento econômico.



Joaquim Levy apresenta dados econômicos ao lado de Delcídio do Amaral, presidente da CAE, Raimundo Lira e Fernando Collor

Criação de mais impostos não é descartada

Joaquim Levy não descartou a criação de impostos no esforço para reequilibrar as contas públicas.

— Seria inadequado dizer: "Jamais trarei [ao Congresso] um imposto novo" — afirmou o ministro, em resposta ao senador Lasier Martins (PDT-RS).

Segundo Levy, o ajuste fiscal está sendo executado "sem nenhum imposto novo", mas com redução de renúncias tributárias. Disse que o governo precisa de liberdade para adotar as ações necessárias, mas que tudo será

feito com "muita parcimônia". Antes de criar impostos, afirmou, é preciso "acertar os que estão por aí" e corrigir desequilíbrios.

Um dos desequilíbrios, disse, decorre da desoneração de folhas de pagamento — a redução do benefício concedido às empresas é prevista em projeto que está na Câmara (PL 863/2015).

Segundo Levy, o objetivo de criar vagas ou proteger o emprego "foi alcançado parcialmente e a um custo muito alto". Um emprego de R\$ 20 mil ao ano, na avaliação citada pelo ministro,

custou R\$ 60 mil ao contribuinte.

Por essa razão, apoiou sugestão de José Medeiros (PPS-MT) para a criação de indicadores de resultados de programas do governo, como Pronatec, Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e incentivo para a compra de caminhões.

Após observar que é importante haver uma medida de eficiência em todo gasto do governo, o ministro disse que, em breve, será divulgada análise dos efeitos das desonerações adotadas no conjunto de medidas anticrise.

Números mostram déficit recorde em fevereiro

Questionado sobre o déficit de R\$ 7,8 bilhões nas contas do Tesouro Nacional em fevereiro, o ministro Levy lembrou que o mês foi curto, com feriado de Carnaval, e que houve uma desaceleração controlada, aliada a alguns pagamentos.

— Fizemos alguns pagamentos

que poderíamos ter jogado para março. Mas queríamos dar tempestividade. Certamente, vamos ter que trabalhar forte para voltarmos a ter superávits robustos futuramente — justificou.

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) lembrou que os gastos com programas sociais,

custeio da máquina pública e investimentos superaram as receitas em R\$ 7,4 bilhões, o pior desempenho no mês desde 1997.

— O número poderia ser muito pior se não fosse a arrecadação extra de R\$ 4 bilhões, do acordo do Banco do Brasil com a Cielo [operadora de cartões] — disse.

Convalidação de incentivos fiscais fica para terça-feira

Foi adiada para a próxima semana a votação do PLS 130/2014, que torna válidos os incentivos fiscais concedidos por estados para atrair a instalação de empresas, no processo conhecido como guerra fiscal. Por sugestão de Romero Jucá (PMDB-RR), o projeto, que tramita com urgência, foi apenas debatido. Ele alegou que não havia consenso para a aprovação e sugeriu mais tempo para um entendimento.

O projeto era o terceiro item da pauta, depois do que cria o Marco Legal da Biodiversidade (PLC 2/2015) e do que obriga a reindexação das dívidas dos estados (PLC 15/2015), mas tomou-se o primeiro com a aprovação de requerimento do líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE).

Para Jucá, a convalidação deve ser acompanhada da redução e da unificação das alíquotas interestaduais do ICMS.

— Hoje é dado um incentivo com recurso de outros estados, um modelo perverso — afirmou. Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, o adiamento será benéfico porque os senadores se mostraram dispostos a buscar uma solução definitiva.

— O Plenário já demonstrou que não vai sonegar essa discussão. É preciso dar um tempo para que seja construída uma solução que equilibre definitivamente os interesses dos estados — disse.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Delcídio do Amaral (PT-MS), acredita que a convalidação é necessária, porém insuficiente.

— Essa é a grande reforma que o Brasil precisa. É muito bonito dizer que não fosse a arrecadação extra de R\$ 4 bilhões, do acordo do Banco do Brasil com a Cielo [operadora de cartões] — disse.

guerra fiscal — advertiu Lindbergh Farias (PT-RJ).

— O projeto permite a eternização da guerra fiscal e inviabiliza qualquer reforma de ICMS. Se um estado concede um incentivo que impacta a receita de outro, a Federação está vulnerável — questionou Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O líder do PSD, Omar Aziz (AM), afirmou ser a favor da convalidação. Apesar disso, ele disse crer que a aprovação do projeto não faria bem à economia já fragilizada do país.

— Discutir essa matéria tão importante a toque de caixa não é salutar. O Brasil passa por um momento de ajuste fiscal.

Apoio

Por outro lado, Tasso Jereissati (PSDB-CE) rejeitou a tese de que os incentivos sejam inteiramente responsáveis pela guerra fiscal e citou reduções de IPI para automóveis e eletrodomésticos.

— Essa política, hoje, pode e deve ser revisada. Mas é um erro chamar como única causa da guerra fiscal. Quero que me apontem alguma indústria em qualquer estado que não tenha algum tipo de incentivo — disse.

Walter Pinheiro (PT-BA) fez críticas à postura do governo federal ao tratar do assunto. Ele disse que a votação imediata da proposta passaria uma mensagem positiva para o Executivo.

— Votar é sinalizar, inclusive para o governo, que queremos ajudar no ajuste fiscal e continuar gerando emprego e renda.

Eunício Oliveira disse que a concessão de incentivos é "direito legítimo de um governante de fazer política fiscal".

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) afirmou que os estados mais pobres precisam ter "instrumentos de atração de investimentos para gerar emprego e renda".

Guerra fiscal

Para os críticos, a proposta vai legalizar benefícios considerados irregulares por terem sido concedidos sem o apoio unânime dos estados no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

— Há um consenso sobre a convalidação, só que, para isso, temos que acabar com a guerra fiscal. Sem uma reforma do ICMS, a consequência é mais

José Pimentel (PT-CE) lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já garantiu que a convalidação não valerá para concessões futuras, o que traria segurança jurídica. Além disso, ele entende que o projeto está de acordo com resoluções recentes do Confaz e é necessário para manter a competitividade das regiões com menos infraestrutura.



Plenário acatou pedido para tornar projeto da convalidação o primeiro item da pauta

Durante sete horas, debate mobiliza senadores contra e a favor das iniciativas propostas pelo governo

O debate com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, dividiu a opinião dos senadores sobre o ajuste fiscal e a política econômica do governo. Foram mais de sete horas de discussão, durante a qual mais de 25 senadores questionaram a capacidade de investimento do país, o novo indexador para a dívida dos estados, a credibilidade do governo e o déficit econômico atual, entre outros temas.

Vários senadores da oposição fizeram intervenções. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que a sociedade reclama do aumento da carga tributária e das medidas encaminhadas pelo governo ao Congresso. Aécio Neves (PSDB-MG) afirmou que o governo deveria assumir que o agravamento da crise não se deve à seca, à crise internacional ou à queda no preço das commodities.

Para José Serra (PSDB-SP), não há uma

estratégia conjunta de gestão da dívida pública no Brasil por parte do Ministério da Fazenda e do Banco Central.

Líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB) avaliou que o Brasil depende muito da credibilidade do ministro.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) sugeriu que o governo diminua os ministérios, corte pela metade os cargos comissionados e reduza o número de embaixadas e consulados. Medidas que também foram lembradas por Omar Aziz (PSD-AM), Ataídes Oliveira (PSDB-TO), José Agripino (DEM-RN) e Roberto Rocha (PSB-MA).

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o inconfornismo manifestado pelo ministro da Fazenda em duas ou três oportunidades tem a ver com a dificuldade de impor no ajuste fiscal a participação do Executivo e da União. Ele reclamou que se transfira a responsabilidade pela crise à sociedade, sem contrapartida do governo.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) avaliou que tem havido falta de gestão na concessão de benefícios previdenciários e trabalhistas, objetos de medidas provisórias encaminhadas pelo

governo. E questionou se, com os ajustes que o governo quer implementar, virãos os controles necessários para reequilibrar as contas públicas.

Por sua vez, Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que o ajuste fiscal proposto por Levy não tem apoio popular e nem apoio político, uma vez que, para ele, a presidente Dilma perdeu a credibilidade junto à sociedade, com aumento do desemprego e de impostos.

Já Telmário Mota (PDT-RR) destacou que o Brasil está submetido ao tripé meta de inflação, superávit primário e câmbio fluante desde 1999. Para ele, o atual modelo de política monetária está falido, o que seria incompatível com a construção de um projeto de desenvolvimento para o país.

Na avaliação de Marta Suplicy (PT-SP), os investimentos precisam de recursos que ela disse não saber de onde virão. Ela ressaltou ainda que a situação econômica atual "não traz nenhuma melhora, nenhuma expectativa, e o tempo está passando".

Blairo Maggi (PR-MT) destacou que Mato Grosso tem R\$ 1,12 bilhão a receber da União, além de empreendimentos de pontes

e estradas na ordem de R\$ 720 milhões, fundamentais para a infraestrutura do estado. Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) pediu medidas para que se aumente a presença do setor financeiro privado nacional no financiamento da indústria, da agricultura e do comércio.

Waldemir Moka (PMDB-MS) questionou como se pode pensar no futuro se um regime tributário tido como definitivo há pouco mais de três meses é alterado de forma abrupta.

Lasier Martins (PDT-RS) manifestou preocupação com o Rio Grande do Sul, apontado como o estado mais endividado da União. Disse que o governo estadual não tem recursos para investimentos e enfrenta incertezas inclusive sobre a folha do funcionalismo.

José Medeiros (PPS-MT) afirmou que ninguém discorda da boa intenção dos programas de governo, mas observou que a sociedade deve acompanhar de forma permanente as iniciativas.

Hélio José (PSD-DF) lembrou a importância de manter os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



Senadores lotam a sala da Comissão de Assuntos Econômicos para a audiência com o ministro Joaquim Levy

Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem, em sabatina, as indicações dos dois diplomatas, que agora serão votadas pelo Plenário. Audiência pública debaterá situação política da Venezuela

Nomes para embaixadas na Índia e na Malásia avançam

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem as indicações de Carlos Ricardo Martins Ceglia para a embaixada na Malásia e em Brunei e de Tovar da Silva Nunes para a representação na Índia e no Butão. Os nomes serão analisados pelo Plenário.

O maior desafio das relações diplomáticas entre o Brasil e a Índia está na área comercial. Foi o que defendeu Nunes na sabatina. Segundo ele, o comércio entre os dois países tem crescido bastante — passou de US\$ 400 milhões em 2000 para US\$ 11,4 bilhões em 2014 —, mas ainda está aquém das possibilidades.

— Foi uma evolução significativa, porém apresenta um desequilíbrio muito grande na parte dos produtos que são exportados pelo Brasil e os que são importados — esclareceu.

Segundo ele, a Índia é a maior democracia do planeta. São de 814,5 milhões de eleitores. Cinco vencedores do Prêmio Nobel nasceram lá. O país cresceu mais que a China no último ano: 7,5% de expansão do produto interno bruto (PIB) contra 7,35%.

Apesar dos bons resultados econômicos, a Índia sofre com sérios problemas de saúde e de saneamento básico. Segundo Nunes, 1,6 mil pessoas mor-



Ao lado de Carlos Ricardo Ceglia, senador Aloysio (C) cumprimenta Tovar Nunes

rem por dia por falta de água limpa e 63 milhões são vítimas de doenças não contagiosas, como câncer e hipertensão.

Tovar Nunes é ministro de primeira-classe do Itamaraty. O senador Lasier Martins (PDT-RS) sugeriu que, à frente da embaixada na Índia, Nunes passe ao Brasil informações sobre os avanços indianos em tecnologia de informação. Lasier lamentou, porém, que a Índia esteja para tomar do Brasil o posto de sétima maior economia mundial.

Nicho de mercado

A exportação de carne de frango pode ser um nicho de negócio para o Brasil na Malásia, segundo o diplomata Carlos Ricardo Martins Ceglia. Ele explicou que a Malásia tem uma das regulamentações mais restritas na área de importação para os muçulmanos.

— Uma vez que se garanta a entrada desse tipo de bens na Malásia, abre-se mercado para cerca de 1 bilhão de pessoas, e não apenas naquele país, mas na Indonésia, Paquistão, Índia e Bangladesh — afirmou ele, que é ministro de primeira-

-classe do Itamaraty.

Para o diplomata, a palavra que melhor define a Malásia é “ambição”. Ressaltou que o crescimento anual do país é de 6,5% e a inflação, inferior a 3%.

Venezuela

A CRE também decidiu que fará uma audiência pública para discutir a situação política na Venezuela. O debate, sugerido pelo presidente da comissão, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), deve ter a participação das esposas de dois presos políticos na Venezuela — Antonio Ledezma e Leopoldo López.

Lilian Tintori de López e Mitzzy Capriles relatam violações de direitos humanos e as prisões dos dois opositores.

A comissão também aprovou um requerimento de Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) para audiência pública com Luis Duran, Desiree Cabrera e Nairoby Olivera. A ideia é que eles exponham a situação das vítimas das chamadas *guarimbas*, na Venezuela. *Guarimbas* são barricadas feitas por manifestantes nos centros urbanos.

Wladimir Borretto/Agência Senado

Comissão participará de fórum sobre esporte e lazer indígena

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE) participará do Fórum Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer dos Povos Índi-



Marcos Oliveira/Agência Senado

genas, a ser promovida de 7 a 11 de abril em Cuiabá. Telmário Mota (PDT-RR) representará a CE no evento, conforme requerimento aprovado na reunião de ontem.

Segundo ele, representações indígenas de todo o país marcarão presença no debate, que é promovido pelo Ministério da Educação e deverá contribuir para o trabalho do Senado.

Ne mesma reunião, Ângela Portela (PT-RR) conseguiu aprovar requerimento extrapauta para realização de audiência sobre projeto de lei (PLS 343/2011) de Paulo Paim (PT-RS) que institui

março como o Mês da Poesia. A proposta recebeu parecer pela rejeição da relatora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), e estava na pauta de votações de ontem. Segundo Ângela, o debate poderá suprir a necessidade de juridicidade do PLS, falha apontada pela relatora para rejeitá-lo.

Fátima Bezerra (PT-RN) também apresentou requerimento para que o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, participe do ciclo de audiências sobre financiamento da educação básica no Brasil.

Outros seis requerimentos foram aprovados para permitir que projetos de lei do Senado e da Câmara que não passariam pela CE sejam apreciados pela comissão.

Lídice da Mata destaca programa baiano Educar para Transformar

O governo baiano lançou o Educar para Transformar, programa com cinco metas para melhorar o ensino no estado, disse Lídice da Mata (PSB-BA).

A primeira meta é o de alfabetizar todas as crianças até, no máximo, 8 anos de idade. Outra medida é a ampliação da educação em tempo integral, com a previsão de alcançar 300 escolas.



Mônica Menezes/Agência Senado

A senadora lembrou que a Bahia é um dos estados com os piores desempenhos de estudantes no ensino médio. O programa pode mudar essa realidade, afirmou.

— Sem ter no centro da tarefa do governo o desafio de fazer a revolução da educação, não conseguiremos superar as dificuldades para o desenvolvimento que o nosso país tem.

Ataídes alerta sobre má gestão no Fies e gastos descontrolados

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) reclamou de problemas no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), atribuindo-os à má gestão e aos gastos

descontrolados por parte do governo. O parlamentar lembrou que os gastos com o programa aumentaram de R\$ 880 milhões em 2010 para R\$ 7,5 bilhões em 2013, chegando



Gerardo Magalhães/Agência Senado

a R\$ 13,7 bilhões em 2014.

— A farra de gastos, agora, provoca queda de investimentos no programa. Evidentemente! Gastaram descontrolados por muito e gastaram errado — lamentou o senador.

Segundo ele, o aumento nos gastos não foi positivo, já que o número de novas matrículas com o Fies caiu de 5% para 3%.

Índia

- » Área: 3.287.263 km²
- » Capital: Nova Déli
- » População: 1,26 bilhão
- » PIB per capita: US\$ 1.626
- » Exportações brasileiras: US\$ 4,79 bi
- » Importações brasileiras: US\$ 6,64 bi



Malásia

- » Área: 330.252 km²
- » Capital: Kuala Lumpur
- » População: 29,62 milhões
- » PIB per capita: US\$ 10.548
- » Exportações brasileiras: US\$ 1,372 bi
- » Importações brasileiras: US\$ 2,212 bi



Fonte: www.brasilexport.gov.br

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Para participantes de audiência pública, país deve rever a lei, que deixou de condenar crimes cometidos na ditadura. Capiberibe disse que vai apresentar projetos em breve

Revisão da Lei da Anistia terá novas propostas

A REVISÃO DA Lei da Anistia (Lei 6.683/1979) foi cobrada pelos participantes de audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) em memória aos 51 anos do golpe militar.

João Capiberibe (PSB-AP), que propôs o debate, afirmou que apresentará diversas propostas legislativas após analisar o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que investigou os crimes cometidos na época da ditadura. O trabalho, iniciado em 2012, foi concluído no fim de 2014.

— Enquanto houver algum desaparecido político, nós não podemos cruzar os braços. Nós temos que prestar contas até o último ser humano que a ditadura desapareceu — disse o senador.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) lembrou que um projeto de autoria dele, o PLS 237/2013, já aprovado pela CDH, revisa a lei e está parado na Comissão de Relações Exteriores (CRE). Segundo o senador, a lei — que anistiou crimes cometidos no perí-

odo pelos militares — não foi aprovada pelo Estado democrático, mas foi “uma imposição de um regime arbitrário”.

— Esse projeto não pode ficar engavetado para nunca ser apreciado, nunca ser votado, ou com medo de que seja votado, ou com designação para ser rejeitado — afirmou.

Em 2010, oito meses depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) validou a Lei da Anistia, a Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou a revisão do texto, baseada no entendimento de que certos atos ilícitos — como tortura, morte e ocultação de cadáveres de adversários políticos — são considerados crimes contra a humanidade, sendo, assim, imprescritíveis à luz do direito internacional.

Durante a audiência, a vice-presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Sueli Bellato, disse que não adianta o país pedir perdão pelos erros do pas-

sado, mas não tomar uma atitude diferente no presente.

Revisão urgente

Também defenderam a revisão da lei a coordenadora do Grupo Independente de Familiares dos Mortos e Desaparecidos, Eliana Castro, e a pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas Dulce Pandolfi.

— Tivemos que aceitar, de modo pouco agradável, que o benefício também fosse dado para aqueles que torturaram, mataram — recordou Eliana.

O jornalista e escritor Luiz Cláudio Cunha, autor do livro *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios*, acredita na omissão por parte do Parlamento. Ele aponta apenas dois projetos em análise sobre a revisão da lei: um no Senado e outro na Câmara.

A deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), que foi presa e exilada, disse que iniciará um movimento para estimular projetos que punam os crimes da ditadura.



Paim (3º à dir.) ouviu convidados, que condenaram a volta dos militares ao poder

Debate sobre golpe de 1964 revela temor de retrocessos políticos no Brasil

Durante a audiência, convidados manifestaram preocupação com apelos observados em recentes manifestações de ruas e pelas redes sociais a favor da volta dos militares ao poder.

João Capiberibe afirmou que é graças à democracia que tantos escândalos estão sendo revelados atualmente no país, como os da Operação Lava-Jato e o do swissleaks. O senador disse que desvios de dinheiro sempre existiram, inclusive na ditadura e suas grandes obras.

— Portanto, graças à democracia, nós temos a oportunidade, de fato, de passar o Brasil a limpo — afirmou.

O procurador federal Luciano Mariz Maia, adjunto da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, salientou que no período havia um “diálogo promíscuo” entre o empresariado e os militares, que favorecia o financiamento da atuação clandestina das forças de repressão e terror. Ele destacou a liberdade de expressão de hoje.

— Para que nossos filhos e nossos netos entendam que, por mais difícil que seja enfrentar a verdade na democracia, mais difícil ainda é não poder enxergá-la na ditadura — disse.

Para o jornalista Luiz Cláudio Cunha, as manifestações pró-militares não vêm apenas de um “grupo de idiotas” em franca minoria e que, por isso, deva ser menosprezada. Já o professor Cid Benjamin concordou que houve avanço nas investigações dos crimes da ditadura após os trabalhos da Comissão da Verdade, apesar do “boicote das Forças Armadas”.

Randolfe Rodrigues destacou que é fundamental que o Brasil compreenda o que aconteceu nos 21 anos de ditadura, para que fatos iguais não voltem a acontecer.

— É um absurdo total dizer que na ditadura não tinha corrupção. As causas do enriquecimento das empreiteiras estão lá — afirmou o senador.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), adiantou que vai adotar a sugestão de Randolfe para a divulgação dos depoimentos da audiência em escolas de todo o país. Segundo o senador, a medida será proveitosa para mostrar à juventude o equívoco dos que foram às ruas pedindo a volta da ditadura.



Capiberibe (C) preside audiência na Comissão de Direitos Humanos em lembrança aos 51 anos do golpe de 1964

Capiberibe vê país mais capaz de superar crises

Ao lembrar os 51 anos do golpe de 1964, João Capiberibe (PSB-AP) disse que a restauração da democracia tornou o Brasil melhor e mais capaz de superar crises. Para o senador, o “relacionamento promíscuo” entre o público e o privado é um problema antigo, mas a vigência das garantias estabelecidas na Constituição de 1988 permitem “colocar o dedo na ferida” da corrupção das elites políticas.

Ele disse crer que a presidente Dilma Rousseff vai dialogar com o Legislativo e superar a crise. Sobre a corrupção, pediu penas mais duras e aprimoramento dos instrumentos de transparência, além de prioridade no julgamento de políticos:

— Daí a importância de endurecer a lei, fazendo com que aqueles que deixaram de cumpri-la sejam punidos exemplarmente, de maneira prioritária.

Paim condena discurso de ódio contra Dilma

Paulo Paim (PT-RS) lembrou os 51 anos do golpe militar de 64, afirmando que “as forças reacionárias” de então mergulharam o país em um “mar de violação de direitos”, que deixou marcas em gerações inteiras de brasileiros.

O senador destacou a atuação do então presidente João Goulart e disse que ele não resistiu ao golpe para evitar uma guerra civil e derramamento de sangue.

Paim criticou o discurso de ódio nas manifestações atuais contra o governo da presidente Dilma Rousseff e disse que as Forças Armadas sabem a importância da democracia.

— Queremos a pluralidade, a composição de forças, o respeito democrático. Somente assim, seremos uma nação soberana. Hoje o Brasil é maior — afirmou o senador.

Ângela quer fim de doação direta a candidatos

Ângela Portela (PT-RR) afirmou que até agora o Congresso não votou uma verdadeira reforma política, pois os parlamentares que deveriam aprová-la foram eleitos pelas regras atuais e temem mudanças radicais no sistema político-eleitoral.

Segundo a senadora, é por isso que “a reforma política tem sido defendida em público, mas sabotada nos bastidores”. Ela advertiu, porém, que a reforma é essencial para o país superar a crise.

Ângela apresentou projetos sobre a reforma, como o que determina que o dinheiro das campanhas sairá de um fundo nacional, com verbas da União e doações de pessoas e empresas. As doações não seriam destinadas a um candidato em particular, mas ao fundo.



Brasileiro está cansado de tanta corrupção, diz Lasier

Lasier Martins (PDT-RS) pediu rapidez na apuração de nova denúncia, agora envolvendo empresas e técnicos do Ministério da Fazenda que atuam no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Segundo jornais, empresas pagaram propina a funcionários do ministério para que cobranças de impostos não pagos fossem extintas. A soma chegaria a R\$ 580 bilhões.

O senador disse que o mensalão passa a ser um “caso pequeno” se comparado ao montante envolvido em outras irregularidades que têm sido denunciadas:

— Estamos cansados e prejudicados por tantos escândalos. Devemos estimular todo tipo de investigação para que possamos ter adiante um Brasil finalmente transparente e próspero.



Colapso hídrico pode atingir agricultura no Nordeste, diz Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que os produtores de frutas de quatro estados nordestinos — Sergipe, Alagoas, Bahia e Pernambuco — estão preocupados com a possibilidade de colapso hídrico, o que afetaria o abastecimento de 23 mil hectares de produção irrigada, principalmente de frutas.

Ele afirmou que a situação é tão séria que o reservatório de Sobradinho, o terceiro maior do mundo em volume e espelho d'água, está tendo uma redução considerável desde o ano passado. Segundo especialistas, relatou o senador, em janeiro de 2014 o volume útil da represa chegou a 50%. Em janeiro deste ano estava em 20% e, em março, marcou 17%. Se a queda continuar, a captação de água do Rio São Francisco ficará impossibilitada, disse.

— Toda a produção agrícola ficará prejudicada. Os estados de Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco terão prejuízos incalculáveis, com quase totalidade da produção anulada — alertou.



Moreira Manz/Agência Senado

Comissão vai se preparar para conferência do clima

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas também vai debater sobre escassez hídrica no país e ações do governo para enfrentar o problema. Trabalhos começam com audiência no dia 15

A crise hídrica e energética, além da preparação do Brasil para a COP-21, é o foco da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional (CMMC) em 2015. O plano de trabalho foi aprovado pelo colegiado ontem. A COP-21 é uma conferência das Nações Unidas sobre o clima prevista para ocorrer em novembro na França.

Elaborado pelo deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), o planejamento prevê a realização de audiências públicas em Brasília e debates regionais, além de visitas técnicas para unificar os temas discutidos pela CMMC e experiências práticas das comunidades. O documento também sugere a realização de seminário sobre os fundamentos científicos das mudanças climáticas, para divulgar conhecimentos técnicos e avaliar a influência humana sobre o clima.

Segundo o deputado, o primeiro esforço da comissão será debater um dos problemas mais sérios para a sociedade: a



Relator, deputado Souza, e o presidente da comissão, senador Bezerra

alta no preço da energia.

— Nosso plano de trabalho não é apenas teórico ou formal. É prático e programático — destacou.

O presidente da comissão, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), elogiou a proposta de agenda e defendeu que a comissão tenha protagonismo na discussão sobre o documento que deve substituir o Protocolo de Kyoto. Para isso, Bezerra sugeriu que as atividades do colegiado em abril e maio sejam voltadas para a

compreensão da posição do governo em relação à COP-21.

— Aí, a gente vai ter uma ideia de quantas reuniões vamos precisar em maio e junho, para que, quando o governo federal tiver uma definição, a comissão também tenha avançado para expressar sua posição — afirmou.

Um debate sobre a crise hídrica ficou marcado para o dia 15 deste mês. Já as mudanças climáticas e as ideias do governo para a conferência serão tratadas no dia 29.

Otto Alencar apoia aprovação do Marco da Biodiversidade

Otto Alencar (PSD-BA) defendeu a aprovação do novo Marco Regulatório da Biodiversidade, que deve corrigir as imperfeições da lei atual, mais focada na coibição da biopirataria do que no estímulo à pesquisa.

Segundo ele, se virar lei, o projeto vai desburocratizar e baratear a pesquisa de recursos genéticos. O senador também destacou, como pontos positivos da proposta, a instituição de cadastro eletrônico e do Conselho de Patrimônio Genético e o incentivo à bioprospecção.

Para ele, não é aceitável que um país como o Brasil não tenha um instrumento legal que facilite a exploração da biodiversidade.

— O Brasil é um dos 17 países do mundo considerados mais megabiodiversos. Tem a maior biodiversidade do mundo, tanto de espécie animal como de espécie vegetal. Entretanto, é o país que menos se beneficia dessa vantagem comparativa, graças ao anacronismo da nossa legislação — destacou.



Genardo Magela/Agência Senado

Lobão destaca prêmio da ONU sobre gestão da água em Itaipu

Edison Lobão (PMDB-MA) saudou o Programa Cultivando Água Boa, desenvolvido pela Itaipu Binacional, que nesta semana recebeu prêmio das Nações Unidas na categoria de melhores práticas em gestão de água.

O senador destacou a importância de programas como esse diante da crise de recursos hídricos. Ele lembrou que o prêmio complementa o reconhecimento da ONU à preocupação socioambiental que orienta a construção das hidrelétricas brasileiras.

— O prêmio conferido à Itaipu mostra o quanto o Brasil pode avançar no manejo dos seus recursos hídricos, multiplicando programas como esse que está sendo apontado como exemplo para todo o mundo — disse.

Ao instituir esse prêmio em 2010, a ONU alertava para os compromissos internacionais com a água e passou a incentivar e reconhecer programas que garantam gestão sustentável dos recursos hídricos a longo prazo.



Moreira Manz/Agência Senado

Projeto que poupa água em prédios públicos será avaliado

Os órgãos da administração pública federal deverão adotar todas as providências para economizar ou otimizar o uso da água em suas instalações. É o que prevê o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 84/2014, que poderá ser votado hoje na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Depois, o texto ainda será analisado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

D e autoria do ex-deputado José Carlos Vieira, o projeto determina que sejam encontradas soluções técnicas para

a implantação de torneiras econômicas para pias, registros para chuveiros e válvulas para mictórios acionados manualmente e com ciclo de fechamento automático ou, ainda, acionados por sensor de proximidade. A ideia é evitar o desperdício de água.

De acordo com o projeto, a construção de novos prédios já deve conter a previsão dessas medidas de economia. Os prédios prontos terão 365 dias, a partir da publicação da lei, para se adaptarem às novas regras. Os dirigentes dos órgãos responsáveis por edifícios da administração federal que dei-

xarem de tomar providências para o cumprimento das novas regras poderão responder por crime contra administração ambiental (Lei 9.605/1998), cuja pena é de até três anos de detenção, além de multa.

Na justificativa do projeto, o deputado lembra que cabe aos municípios legislar sobre assuntos locais, inclusive sobre o abastecimento de água. No entanto, argumenta o autor, o uso racional da água pelo governo federal pode servir de exemplo para os municípios. Ele ressalta que a água é um bem que a cada dia se mostra mais escasso e valioso.

Quantidade de cacau nos chocolates é tema de debate

O projeto de lei de Lídice da Mata (PSB-BA) que garante percentual mínimo de 35% de cacau puro nos chocolates comercializados no país (PLS 93/2015) será tema de uma audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A reunião está marcada para as 10h30 de hoje.

Segundo a senadora, a cadeia produtiva do chocolate movimenta R\$ 12 bilhões por ano, sendo o Brasil o terceiro maior consumidor e quinto maior produtor de cacau no mundo. Para ela, aumentar

a quantidade de cacau no chocolate é uma medida importante para que o produto brasileiro tenha mais espaço no mercado mundial.

Além disso, conforme a parlamentar, existe grande defasagem de composição no chocolate brasileiro, comparando-se com produtos americanos e europeus, o que o deixa com qualidade bem inferior.

A proposta torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos dos produtos e prevê punições

aos fabricantes ou importadores que desrespeitarem as normas. As punições são sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), como multa, apreensão, cassação do registro do produto no órgão competente, proibição de fabricação, suspensão de fornecimento e interdição total ou parcial de estabelecimento, entre outras medidas.

O projeto determina ainda que a lei entre em vigor 180 dias depois de publicada no *Diário Oficial da União*.

Hélio José quer discutir transporte público no DF

Hélio José (PSD-DF) vai propor a realização de audiências públicas para discutir a qualidade do transporte no Distrito Federal. O senador disse que o transporte público em Brasília foi relegado a segundo plano. Segundo ele, o modelo atual, baseado em ônibus, não trouxe eficiência, mas consolidou um lobby poderoso capaz de frear iniciativas que relativizem sua influência e predomínio.

Hélio José afirmou que o veículo leve sobre trilhos, o VLT, foi aclamado como uma das melhores opções técnicas para o transporte em Brasília. No entanto, até hoje o projeto não saiu do papel, lamentou. De acordo com o parlamentar, o BRT (transporte rápido por ônibus) em operação não atende a necessidade da população, que continua a cobrar das autoridades locais soluções para o setor.

— Brasília é a capital do país. Torná-la modelo na área de transporte público é oferecer um cartão de visita que tem muito a dizer sobre o Brasil que queremos — disse.



Moreira Manz/Agência Senado